



ENTRE RACISMO, BRANQUITUDE, DOCÊNCIA COMPARTILHADA E NOVAS PRÁTICAS METODOLÓGICAS: ANÁLISE REFLEXIVA ATRAVÉS DE INVESTIGAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

THAÍS ELISA ABREU PACHECO

RESUMO

Este resumo apresenta um relato de caso que se complementa com uma investigação bibliográfica para análise reflexiva sobre racismo, branquitude, docência compartilhada e novas práticas metodológicas, baseado em algumas das referências discutidas na disciplina Práticas Docentes, Currículo e Decolonialidade do Doutorado em Ensino e História da Matemática e da Física do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática (PEMAT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cursada por esta autora como aluna especial do programa no segundo semestre letivo de 2021. O relato inicia com a seguinte premissa: o lugar do branco na sociedade. Mais especificamente no Brasil, a sociedade dividiu o “lugar do branco” e o “lugar do negro”, onde o lugar do branco é em todo lugar e qualquer lugar onde se tem prestígio, enquanto o lugar do negro é todo e qualquer lugar sem importância. O negro seria o aprendiz que tem a obrigação de ensinar a permanecer em sua condição subalterna. Como exemplo, academicamente o pesquisador branco sempre vai possuir o privilégio em divulgar suas pesquisas em relação ao pesquisador negro. O branco possui vantagem para falar sobre tudo o que quiser, até mesmo sobre um projeto sobre o negro, o que pode gerar um conflito nas discussões políticas nos espaços acadêmicos. A pedagogia que é construída a partir do ativismo negro, nos ensina sobretudo sobre liberdade. Propõe o rompimento do lugar do negro como o pior lugar de todos. O negro nunca foi considerado “o mestre”. Neste relato, pretende-se apresentar a relação entre os textos apresentados na disciplina que provocou este texto e a relação com o projeto de pesquisa de doutorado da pesquisadora e autora deste relato acadêmico.

Palavras-chave: Racismo; Branquitude; Docência compartilhada; Práticas Metodológicas.

1 INTRODUÇÃO

Este relato de caso representa um relato acadêmico de um dos componentes da avaliação da disciplina Práticas Docentes, Currículo e Decolonialidade, disciplina oferecida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática (PEMAT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e também no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da mesma universidade, disciplina essa ministrada em 2021.2 pelo professor Victor Augusto Giraldo, disciplina realizada pela autora como aluna especial.

A estrutura deste relato acadêmico é dividida em quatro seções: esta primeira apresenta a introdução do relato, mostrando o formato no qual está inserido, a segunda discorre alguns dos textos que foram indicados como referências na disciplina que norteiam este relato e, ainda, referências complementares que não foram indicados nesta disciplina, a terceira integra a relação entre os textos estudados na disciplina e o projeto de pesquisa da pesquisadora e autora deste relato acadêmico. Já a última seção por fim, ilustra os resultados e discussões provocados durante o discorrer do semestre letivo.

2 RELATO DE CASO

Este relato apresenta um estudo de caso complementado por investigação bibliográfica de análise reflexiva sobre racismo, branquitude, docência compartilhada e novas práticas metodológicas, baseado em algumas das referências discutidas na disciplina Práticas Docentes, Currículo e Decolonialidade. Inicia-se com a seguinte premissa: o lugar do branco na sociedade. Mais especificamente no Brasil, a sociedade dividiu o “lugar do branco” e o “lugar do negro”, onde o lugar do branco é em todo lugar e qualquer lugar onde se tem prestígio, enquanto o lugar do negro é todo e qualquer lugar sem importância. O negro seria o aprendiz que tem a obrigação de ensinar a permanecer em sua condição subalterna. Esse é o “lugar do negro”.

Como exemplo, academicamente o pesquisador branco sempre vai possuir o privilégio em divulgar suas pesquisas em relação ao pesquisador negro. O branco possui vantagem para falar sobre tudo o que quiser, até mesmo sobre um projeto sobre o negro, o que pode gerar um conflito nas discussões políticas nos espaços acadêmicos. A pedagogia que é construída a partir do ativismo negro, nos ensina sobretudo sobre liberdade. Propõe o rompimento do lugar do negro como o pior lugar de todos. O negro nunca foi considerado “o mestre”. Refletindo sobre essas questões e lendo sobre alguns textos, toma-se por exemplo o de Cardoso, 2018 que afirma que a produção científica do branco foi exposta primeiramente por um pesquisador negro, que foi o responsável por tornar a questão um problema científico. O negro deixa de ser o objeto científico para ser o cientista e coloca o branco no lugar de “objeto”/tema de pesquisa. Nessa mesma direção, afirma Lourenço Cardoso:

O pesquisador branco possui o privilégio/vantagem racial em divulgar suas pesquisas em detrimento do pesquisador negro. O branco possui a vantagem racial para ser tudo, falar de tudo o que quiser: branco, negro, indígena, quilombola. Isto também pode ocorrer em detrimento, em desvantagem/racial/étnica em relação ao negro, indígena, quilombola e outros. Trata-se de um conflito que é pano de fundo das discussões políticas sobre representação nos espaços de militância e acadêmicos. (Cardoso, 2018).

Cardoso, 2018 também considera que “o doutor negro é uma exceção ao seu lugar de negro”. E como toda regra tem a sua exceção, essa já era prevista numa sociedade racista. Eis então as seguintes questões: *O que deve ser ensinado pelo mestre que é exceção? O que o mestre negro deve ensinar ao aprendiz de paridade racial (étnica)?* A lição que deve ser aplicada é a pedagogia construída pelo ativismo negro que nos ensina dentre outras coisas, o valor da liberdade. Propõe quebra da subordinação, rompendo a ligação que existe entre o lugar do negro e o pior espaço possível. O negro como construtor de uma pedagogia, referimo-nos ao negro-cabeça. O negro sempre foi desqualificado por não ser considerado cabeça. (Cardoso, 2018)

Refletindo sobre o texto de Mota Neto e Streck, percebemos que Walsh entende por pedagogia decolonial “o conjunto de teorias-práticas de formação humana que capacitam os grupos subalternos para a luta contra a lógica opressiva da modernidade/colonialidade, tendo como horizonte a formação de um ser humano e de uma sociedade livre, amorosa, justa e solidária. Essa pedagogia deve ser entendida no contexto das lutas decoloniais, que pretendem a viabilização da humanidade contra a matriz colonial e seu padrão de racialização-desumanização que há mais de 500 anos vêm oprimindo e vitimando homens e mulheres”. (WALSH, 2013).

Mota Neto e Streck consideram que a biografia de Paulo Freire o conduziu a pensar a pedagogia dos oprimidos, entendendo que o oprimido é o sujeito com quem fala, levando em consideração as lutas político-educacionais que o próprio Paulo Freire vivenciou no Brasil, em em outros diversos países da América Latina, ocupando o lugar do oprimido não apenas no

discurso como também geopoliticamente, o que o fundamenta como um pensador decolonial. Para além deste traço biográfico, Freire, desde os seus primeiros trabalhos, apresenta preocupações, constrói conceitos e discute questões as quais hoje podemos chamar de “decoloniais”. (Mota Neto e Streck, 2019)

Retomando trabalho anterior de Mota Neto (2016), Mota Neto e Streck consideram seis fenômenos como eixo fundamental de sua concepção decolonial:

- a) crítica à inexperiência democrática da sociedade brasileira, herdeira de um regime colonial ou semicolonial; b) crítica à desumanização/massificação/coisificação do ser humano; c) crítica à teoria anti-dialógica da opressão e, em especial, à invasão cultural; d) crítica ao problema da dependência nas relações imperialistas e neocoloniais entre o Primeiro e o Terceiro Mundo; e) crítica à educação e aos sistemas de ensino coloniais; f) crítica à razão determinista da modernidade e à pós-modernidade neoliberal. (MOTA NETO, 2016)

Ainda sobre Mota Neto (2016), percebeu-se que a pedagogia do oprimido defendeu e praticou uma ruptura em relação às pedagogias colonizadoras, por um conjunto de motivos:

- a) supera o colonialismo epistemológico segundo o qual a razão está sempre no educador, representante da ciência hegemônica, e nunca no educando; b) define as classes populares como sujeitos da história, da educação e da investigação, superando a dicotomia sujeito e objeto; c) valoriza a sabedoria popular e a história local, oferecendo possibilidades de construir conhecimento a partir de cosmovisões ancestrais, anteriores ao processo colonizador; d) empodera as classes e os grupos populares, devido ao seu viés conscientizador e mobilizador; e) engendra um diálogo intercultural que viabiliza a restauração da humanidade dos sujeitos e do mundo; f) enfatiza a participação cidadã e democrática, criando uma fissura na cultura do silêncio e na colonialidade do poder. (MOTA NETO, 2016)

Shucman, 2014 traz à tona os seguintes questionamentos: “Branco: Cor, raça, grupo, cultura? Afinal, o que é ser branco no Brasil contemporâneo” seguindo da seguinte conceituação: “Definir o que é branquitude, e quem são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da branquitude é o nó conceitual que está no bojo dos estudos contemporâneos sobre identidade racial branca.” Segundo Shucman ser branco é ocupar posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam não é algo meramente genético. Assim, a branquitude precisa ser considerada “como a posição do sujeito, surgida na confluência de eventos históricos e políticos determináveis” (Steyn, 2004, p. 121).

Shucman aponta que ser branco assume significados diferentes em diferentes lugares. Nos EUA, por exemplo, está ligado à origem étnica e genética, enquanto que no Brasil está ligado à aparência, ao status e ao fenótipo; já na África do Sul, ligado a fenótipo e origem. No Brasil o ser branco exige pele clara e cabelo liso. Além de empenhar função social e carregar certa autoridade e respeito, eliminando barreiras. Mas acontece que o ser branco não significa não ter sangue negro.

Há diferentes rachaduras e brechas a serem consideradas na luta antirracista. Pode-se começar pela resignificação dos termos racistas, no qual ser um agente que provoque mudanças, envolve ao reconhecimento do lugar onde o racismo é latente, necessidade de desconstruir o racismo e seus significados, provocando nova produção de sentidos sobre o ser branco e o ser negro. Agindo assim é necessário a conscientização dos sujeitos brancos, não apenas pela conscientização e também pelo seu lugar de poder e ação, mas também pelo reconhecimento da necessidade de uma mudança na estrutura de valores da sociedade em geral. É necessário que a branquitude entenda que o racismo não é lugar nem pilar para sua sustentação. Para isto é preciso alterar toda a estrutura do povo brasileiro, não apenas na forma

com que se reproduz a nossa história como também ressignificar as relações, os padrões culturais e as formas de produzir a nossa história.

Com a COVID-19 e os desafios impostos por ela tornou-se ainda mais evidente a necessidade da reestruturação política do Brasil, que atualmente está entre os países com mais vítimas fatais da pandemia no mundo tendo o negacionismo científico como política de governo (Roque, 2020); o que tem sustentado a institucionalização de um poder que dita quem pode viver e quem deve morrer - uma necropolítica (Mbembe, 2018). Tal política inclui, como estratégias, não apenas negar resultados de pesquisas científicas que possam ser inconvenientes para seus propósitos, como, sobretudo, empreender uma campanha de desqualificação da própria ciência como geradora de verdades e produtora de soluções para demandas e inquietações da sociedade (Giraldo, Matos e Quintaneiro, 2020), o que confirma a necessidade esmagadora e urgente para o povo brasileiro de uma reestruturação não apenas nas políticas públicas brasileiras, mas sim, da política brasileira em geral. O povo brasileiro precisa da esperança de viver dias melhores.

Trazendo como referência Fanon (2008), podemos dizer que a sociedade não foge à influência humana. É através do homem que a sociedade se forma. A partir daí entendemos que o negro deve construir uma luta unilateral e que seria um grande erro acreditar em uma dependência automática. O negro está condicionado a ser negro diante do branco. Para os brancos, os negros não resistência ontológica. Da noite para o dia, viram seus costumes e crenças serem abolidos diante de uma condição que lhes foi imposta por uma civilização dominadora.

3 DISCUSSÃO

Nesta seção, pretende-se apresentar a relação entre os textos explicitados na seção anterior e o projeto de pesquisa da pesquisadora e autora deste relato acadêmico, cujo tema central está no interesse no compartilhamento de saberes profissionais em trabalhos compartilhados entre os professores do colegiado do Curso Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Fluminense campus Campos Guarus e que se relaciona com a investigação de possibilidades e ações em relação ao trabalho produzido coletivamente, motivados pela atuação profissional da pesquisadora e consequentemente, visando a reinvenção da prática docente da mesma.

Dessa forma há a proposta de uma ação no curso acima citado sendo esta de elaboração conjunta entre os professores de matemática e os professores da área técnica, de um plano de ensino e aplicação por meio de uma prática docente compartilhada que integre conteúdos dos currículos das disciplinas envolvidas (a serem definidas). E a partir dessa prática, instituir uma comunidade investigativa de professores que fazem parte do colegiado do curso motivados a desenvolver conhecimentos e teorias que oportunizem um ensino integrado de qualidade assegurando a interdisciplinaridade não apenas no currículo, mas também na prática, visando a fragmentação e segmentação da organização curricular.

A ideia de estabelecer essa comunidade investigativa vem de leituras de Fiorentini e Crecci que citam o movimento da pesquisa do professor e o processo de investigação da prática docente a partir de estudos de Cochran-Smith e Lythe.

Para a realização desta proposta, os sujeitos desta pesquisa serão os professores do Curso Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio do IFF campus Campos Guarus (das disciplinas técnicas e de matemática), que serão convidados a compartilhar experiências e articular novas práticas docentes. A motivação da questão de pesquisa foi perceber a necessidade de integrar conteúdos levando em consideração a percepção de diversas falas dos professores da área técnica em reuniões da reformulação do projeto pedagógico do curso, sobre a dificuldade dos alunos e necessidade de reforço de alguns conteúdos matemáticos que

percebemos através das discussões fazerem parte de mais de um currículo do curso. Por que não atuarmos juntos: professores de matemática e professores da área técnica, compartilhando prática docente, alinhando a teoria à prática e oportunizando ainda, otimização da carga horária do curso?

A partir de reflexões e discussões proporcionadas pelas disciplinas Prática Docentes, Currículo e Decolonialidade e também por participações no Laboratório de Práticas Matemáticas para o Ensino – LaPrAME da Universidade Federal do Rio de Janeiro e motivada pela possibilidade de uma (re)invenção da prática docente, bem como pelas leituras e discussões a respeito da prática docente no PEMAT e no Instituto Federal Fluminense, existem algumas ideias que surgiram. A utilização da Prática Docente Compartilhada no Ensino Médio Integrado no IFFluminense, representa um importante desafio no sentido de garantir que a Rede Federal de Educação Profissional assegure que seus currículos se mantenham comprometidos com a concepção teórico-metodológica do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e de acordo com Gramsci (1968) essa escola deve se “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”.

Torna-se indispensável que os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem estejam cientes dos princípios norteadores da Educação Profissional de Nível Médio, conferidos pela Resolução do Conselho Nacional de Educação número 01/2021 que prevê a relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante, articulação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular (BRASIL, 2021, p.2).

A partir da prática compartilhada que se pretende realizar no IFFluminense, que se aproxima com o projeto instituído no PEMAT pelo professor Victor Augusto Giraldo e demais colaboradores, pensa-se na necessidade de se instituir uma comunidade investigativa na qual os professores do colegiado do Curso Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio do campus Campos Guarus, sujeitos desta pesquisa, possam desenvolver uma postura investigativa sobre a prática docente desenvolvida e que estes possam compartilhar com os professores de matemática, de modo que seja possível promover integração através da interdisciplinaridade atuando nas brechas e produzindo sentidos através de uma postura problematizadora nesta investigação.

De acordo com Cochran-Smith (2012), “as comunidades são um dos poucos lugares em que os professores podem realmente desenvolver a investigação como postura, porque eles constroem ideias com outros professores”. (COCHRAN-SMITH, 2012 apud FIORENTINI; CRECCI, 2016).

A proposta de pesquisa apresentada no pré-projeto da pesquisadora tem como objetivo estabelecer uma Prática Docente Compartilhada entre professores de matemática e professores da área técnica do Curso Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio do IFF e a partir disso instituir uma comunidade investigativa para que possam continuamente compartilharem experiências e refletirem juntos sobre novas estratégias que possibilitem a integração dos conteúdos comuns nos currículos. Além disso, a pesquisa objetiva também investigar mais sobre as possibilidades da adoção de uma postura problematizadora e posterior apresentação ao colegiado do curso a fim de atuar nas brechas e promover experiências exitosas no Ensino Médio Integrado através do compartilhamento da Matemática Problematizada.

Além disso, pretende-se iniciar o envolvimento em outras questões ditas como extra-curriculares pois não envolvem meramente os conteúdos matemáticos e sim questões de desigualdade, gênero, raça, questões que envolvem a humanidade e que não são tidas como

questões das disciplinas rotuladas como exatas mas que também não deveriam ser rotuladas como questões das disciplinas da área de humanas, e sim, questões humanas. A partir da análise dos conteúdos trabalhados no curso através da Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso, percebeu-se a possibilidade de investir em práticas pedagógicas integradoras por meio de interdisciplinaridade.

Portanto, espera-se que com a análise dos dados coletados a partir da prática coletiva, que essa Prática Docente Compartilhada revele a importância da conexão e trocas de experiências, alimente discussões sobre as possibilidades de integrações entre os professores envolvidos e promova assim, a possibilidade de reinvenção/reformulação da prática docente da pesquisadora e uma das autoras deste relato e que questões tão importantes como as questões raciais, branquitude e racismo, por exemplo não passem mais despercebidas em disciplinas que atualmente se prendem meramente ao currículo e não à formação integral do indivíduo como deveria ser.

4 CONCLUSÃO

Este relato revela a potência da Prática Docente Compartilhada, bem como revela a importância de ver a pedagogia a partir da perspectiva decolonial, que valoriza as diferenças culturais e vai totalmente contra a padronização dos sujeitos, relato esse possibilitado por uma disciplina que não carrega Práticas Docentes, Currículo e Decolonialidade apenas no nome, mas na essência ao discorrer sobre diferenças étnicas, de gênero, religiosas, de classes sociais, entre outras, provocando seus alunos a reivindicar as igualdades e alteridades mediante denúncia das diferentes formas de injustiça e discriminação ao aproximar num semestre letivo docentes aparentemente tão distintos ao levarmos em consideração suas histórias, suas feições, suas áreas de trabalho, dentre tantas outras coisas, que ao se aproximarem perceberam-se tão comuns que pensaram: Porque não compartilhar com a comunidade acadêmica os resultados meramente iniciais provocados por essa disciplina? E agora atravessadas pelos mesmos questionamentos: o que fazer com todas essas questões refletidas sobre interculturalidade, antirracismo, branquitude, decolonialidade, práticas docentes compartilhadas, integração, negacionismo envolvidos? Como trazer produção de sentidos à nossa prática docente e a realidades tão distintas mas com necessidades tão semelhantes? É impossível ser provocado por essa disciplina e não reinventar a própria prática docente. E reitera-se que o povo brasileiro precisa da esperança de viver dias melhores. E já que não tem o direito (que deveria ter) assegurado sobre a vida, cresce a importância de ter esperança e a esperança de um futuro melhor hoje está na educação.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Lindomar: Teatro do Oprimido: pedagogia teatral decolonial. Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 22-41, jan./abr. 2021.

CARDOSO, C. Lourenço. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objetivo-fim. In: 130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, p. 295-311, 2018.

FANON, F. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

FIORENTINI, Dario; CRECCI, Vanessa. Interloquções com Marilyn Cochran-Smith sobre aprendizagem e pesquisa do professor em comunidades investigativas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 65, p. 505-524, Junho 2016. Disponível em:

<http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000200505&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em 25 jan. 2022.

GALLINDO, Lucione: Pedagogia decolonial-Kanteatro: Prática de uma Educação Antirracista. Revista Semana Pedagógica, v.1, n.1 | 2019 Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistasemanapedagogica/>>

GIRALDO, Victor; MATOS, Diego; QUINTANEIRO, Wellerson. Entre epistemologias hegemônicas e sabedorias outras: A matemática na encruzilhada. Revista Latinoamericana de Etnomatemática, v. 13, n. 1, p. 49-66, 2020.

GRAMSCI, A. A Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo, Brasil: N-1 Edições. 2018.

MOTA NETO, J. C. da. Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba: CRV, 2016.

MOTA NETO, J. C. da; STRECK, D. R. Fontes da educação popular na América Latina- contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 78, p. 207-223, nov./dez. 2019

PALERMO, Zulma. Para una pedagogía decolonial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

ROQUE, T. Ciência e política em tempos de negacionismo. Ciência hoje, 367, 1-10. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

STEYN, M. Novos matizes da “branquitude”: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In V. Ware (Org.), Branquidade, identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond.(V. Ribeiro, Trad., pp. 115-137.). 2004